

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DOS MANUAIS ESCOLARES BRASILEIROS E PORTUGUESES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO DE REGIME POLÍTICO (BRASIL, 1889 – PORTUGAL, 1910)

ELZA ALVES DANTAS*

Resumo: *Com o objetivo de compreender o ensino da História e as representações do Brasil com foco nos períodos de transição do regime político. No Brasil este recorte temporal se processa no ano de 1889 e em Portugal no ano de 1910. O objetivo é analisar os manuais escolares dentro do recorte temporal da transição do regime monárquico para o republicano, em busca de compreender quais são as representações encontradas acerca da História do Brasil; identificar as propostas pedagógicas e ideológicas nos manuais escolares e de que forma esse discurso se relaciona com a construção do regime republicano. As fontes utilizadas neste estudo foram manuais escolares de História Universal escritos por autores portugueses para serem utilizados em Portugal e no Brasil.*

Palavras-chave: *Manuais escolares; História; Ensino; Brasil/Portugal.*

Abstract: *Our main goal is to understand the teaching of History and how Brazil's History is included in the textbooks, focusing on the transitional periods of the political regime. In Brazil this time frame is processed in the year 1889 and in Portugal in the year 1910. The objective is to analyse the textbooks within the time interval of the transition from the monarchic to the republican regime, trying to understand the representations of the History of Brazil; to identify the pedagogical proposals and ideological aspects in the textbooks and how these events were connected with the construction of the republican regime. The sources used in this study were Universal History textbooks written by Portuguese authors to be used in Portugal and Brazil.*

Keywords: *Textbooks; History; Teaching; Brazil/Portugal.*

O *corpus* documental deste trabalho é constituído por manuais escolares da disciplina de História recomendados para o ensino secundário em Portugal e Brasil nas décadas finais do século XIX e início do século XX. Este estudo de caso faz parte de uma investigação em andamento que está a se desenvolver no âmbito do curso de Doutorado. Para esta análise foram utilizadas diferentes edições dos manuais escolares de Francisco Pedro Brou e de Zófimo Consiglieri Pedroso.

O objetivo é compreender através da metodologia da análise de conteúdo, enunciada por Laurence Bardin, e perceber «a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir

* Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI; Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP. Email: elza.alves@ifpi.edu.br.

sobre uma outra realidade que não a da mensagem»¹. Que outras realidades podemos encontrar nos manuais escolares dirigidos ao público luso-brasileiro? O manual escolar português reeditado para ser um manual escolar brasileiro trata-se somente de um interesse mercadológico? Uma vez que o mercado de livros no Brasil apresentava boas perspectivas financeiras.

Alain Choppin destaca o impacto económico dos manuais escolares no Brasil no início do século XX:

Uma das razões essenciais é a onipresença — real ou bastante desejável — de livros didáticos pelo mundo e, portanto, o peso considerável que o setor escolar assume na economia editorial nesses dois últimos séculos. É impossível para o historiador do livro tratar da atividade editorial da maior parte dos países sem levar isso em conta: em um país como o Brasil, por exemplo, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional².

A investigadora Circe Bittencourt, ao escrever sobre os autores e os editores de compêndios e livros de leitura no Brasil, aponta que com o fim do monopólio da Imprensa Régia que aconteceu em 1822 teve início a transição do ônus editorial para a iniciativa particular. O manual escolar que antes tanto servia ao professor como ao aluno, a partir dos anos de 1870 e 1880, com crescimento escolar e preocupações didáticas o manual escolar passou a ser entendido cada vez mais como um material direcionado ao aluno. Nesse contexto, uma nova conjuntura educacional surgia e ao mesmo tempo se delineava uma expansão no mercado dos manuais escolares no Brasil³.

Foi localizado na Biblioteca Nacional de Portugal o título *Compendio de Historia Universal* de Francisco Pedro Brou (1844-1913) publicado em 1884 pela Livraria Portuense de Clavel & C.^a. A mesma obra foi encontrada na Biblioteca Municipal do Porto, publicada em 1891 pela Livraria Portuense de Lopes & C.^a. A maior parte dos manuais escolares portugueses em sua folha de rosto apresentam duas informações além dos dados básicos que são: título, autor, editora e ano de publicação. A primeira informação é uma breve apresentação profissional e intelectual do autor, citando em qual grau de ensino atua e por vezes a instituição que leciona, as sociedades de pesquisa e investigação de que faz parte e por vezes outras obras do autor. A segunda informação destaca o estado da obra em relação à legislação educacional vigente, indicando estar adaptada aos programas de determinadas instituições, como os liceus por exemplo, ou a alguma reforma educacional vigente. Essa prática de apresentar um breve *curriculum*

¹ BARDIN, 2013: 48.

² CHOPPIN, 2004: 551.

³ Cf. BITTENCOURT, 2004.

dos autores nos manuais escolares oitocentistas pode ser verificada tanto em Portugal como no Brasil.

Num primeiro momento, podemos ver o manual escolar como um todo uniforme, mas, ao lançar um olhar mais atento, é possível encontrar diferentes camadas de discursos e conteúdos. O primeiro passo é observar o manual para além do conteúdo propriamente dito e investigar os demais discursos nele presentes. Nos chamou a atenção algumas informações nas páginas que antecedem o conteúdo dos manuais escolares, e como ressalta a historiadora Circe Bittencourt:

Nos livros didáticos existem outras informações além do seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências, introduções. Nestes, é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com as autoridades e com os alunos e suas famílias⁴.

Observando estas questões, iniciamos por destacar um tópico encontrado somente na edição de 1891 do *Compendio de Historia Universal* de Brou:

Declaração

A co-propriedade d'esta obra na Republica dos Estados-Unidos do Brazil, pertence ao Ex.^{mo} Snr. Frederico Augusto Schimidt, cidadão brasileiro, residente na cidade do Rio.

Os editores.

Lopes & C.^a, sucessores de Clavel & C.^a5.

Neste contexto o termo «co-propriedade» não implica propriedade intelectual ou que ambos tenham escrito a obra, uma vez que existia uma edição da mesma obra anteriormente publicada somente por Brou. Essa «co-propriedade» possivelmente seria numa perspectiva dos direitos de representação e comercialização da obra no Brasil. E na sequência, consta uma dedicatória «á mocidade portugueza e brasileira das escolas»⁶.

Ao discutir sobre a recepção dos manuais escolares portugueses no Brasil no século XIX, Bittencourt alerta:

No decorrer do século XIX e anos iniciais do século atual, os textos oficiais incentivaram transformações no que se refere o processo de «nacionalização» da obra didática. Esse «espírito nacionalista» se verifica pelos apelos quanto ao aperfeiçoamento da

⁴ BITTENCOURT, 2004: 5.

⁵ BROU, 1891: 2.

⁶ BROU, 1891: 5.

*linguagem a ser utilizada. As críticas aos livros estrangeiros, sobretudo portugueses, recaíam no uso de termos desconhecidos do público brasileiro, insistindo na necessidade de produzir livros com temas sobre o país, sua natureza e costumes*⁷.

A demanda por uma produção didática nacional em detrimento da prática corrente das traduções de obras estrangeiras, e no caso do Brasil também se acrescenta a adoção dos manuais escolares portugueses, que embora a língua fosse a mesma, existia e ainda hoje é uma realidade a questão das variações linguísticas entre o português do Brasil e de Portugal. A atenção com a produção das obras didáticas foi uma tendência nos Estados nacionais mais recentes que esboçavam uma preocupação com a educação das futuras gerações, assim, o Estado gradativamente se sobrepõe as outras instâncias anteriormente responsáveis pela instrução, como a família e as organizações religiosas, como assinala Alain Choppin:

*Mas, no século XIX, quando os Estados nacionais, recentemente constituídos, reivindicam um papel de destaque na formação das novas gerações e aos poucos passam a substituir as famílias, total ou parcialmente, as autoridades religiosas, o livro escolar torna-se um símbolo da soberania nacional. As antigas colônias, notadamente na América Latina, ou os países que, como o Japão da era Meiji ou a China do início do século XX que abrem-se à influência ocidental, vão adotar modelos educativos europeus ou neles se inspirar fortemente e colocar rapidamente em prática regulamentações específicas para controlar a elaboração, a produção, a distribuição e o uso das obras de cunho didático*⁸.

Bittencourt, ao investigar as primeiras editoras dos manuais escolares no Brasil, usa como fonte o Catálogo do Museu Escolar Nacional de 1885, onde foi possível verificar que a produção didática no Brasil era realizada por uma quantidade reduzida de empresas nacionais e estrangeiras. E ressalta a forma que as editoras portuguesas estavam inseridas no cenário da produção dos manuais escolares brasileiros:

As editoras portuguesas tiveram uma participação singular no mercado de livros didáticos. Havia importação de traduções portuguesas, mantendo-se ligações confusas entre a produção dos dois países. Houve autores portugueses publicados por editoras nacionais, assim como textos de brasileiros que foram editados em Portugal. Muitas obras portuguesas, pela falta de legislação que protegesse os direitos autorais, foram, paulatinamente, incorporadas pelas casas editoriais brasileiras, especialmente

⁷ BITTENCOURT, 2008: 32.

⁸ CHOPPIN, 2004: 555.

*traduções de livros ingleses e franceses. Uma firma francesa, a editora Aillaud, aproveitou os dois públicos de língua portuguesa e cooptou autores brasileiros e portugueses, desfrutando vendas mais garantidas*⁹.

As informações encontradas no *Compendio de Historia Universal* de Brou deixam registado que a edição está adaptada aos programas vigentes, ou seja, adequada às exigências dos programas educacionais do Reino de Portugal e a dedicatória pode ser um indício da possibilidade de a obra também ser direcionada à recente República dos Estados Unidos do Brasil. Como já foi dito, existia o interesse das editoras em expandir a atuação no próspero mercado editorial brasileiro, assim fez a editora Aillaud a partir de 1840, tendo intensificado a produção de obras lusófonas nas décadas de 1860 e 1870¹⁰.

O *Manual de Historia Universal*, publicado pela Guillard, Aillaud e Cia. no ano de 1884, que nas palavras do próprio autor, Zófimo Consiglieri Pedroso, trata-se de uma versão melhorada e acrescentada do *Compendio de Historia Universal* anteriormente publicado em Portugal por outras editoras. Pedroso foi aluno, professor e diretor do Curso Superior de Letras em Lisboa, membro de diversos grupos científicos estrangeiros, expôs uma certa preocupação em relação ao Brasil:

Embora Portugal mantivesse uma aliança com Inglaterra, «base da nossa situação política internacional», tal como «intimas relações de cordialidade com as tres nações latinas, nossas irmãs, e com a Allemanha, nossa cooperadora em Africa», deveria evitar a desnacionalização do Brasil e preocupar-se em manter a pureza étnica da nação, ameaçada «pela introdução, cada vez em mais larga escala, de elementos de immigração estranhos ao seu character histórico e até antipathicos á sua idiosyncrasia ethnica», através de um «accordo luso-brasileiro», que ajudasse também à renovação de Portugal.

Deste modo, apoiando-se nos Estatutos da Sociedade, propõe a criação de uma «comissão geral permanente com o título “Comissão luso brasileira”», destinada a fomentar uma cooperação alargada entre os dois países, nos domínios académico, comercial, judicial e desportivo, baseando-se no «vínculo inquebrantavel» que ambas as nações mantinham à «raça luso-brazileira», depósito do «genio latino», gerador de «supremo encanto» e dotado de «energia eternamente criadora»¹¹.

Nesse contexto de discussão acerca das ações e caminhos para preservação da relação entre Portugal e Brasil é interessante notar as palavras escritas por Consiglieri Pedroso no prólogo da obra, também dedicada à mocidade brasileira:

⁹ BITTENCOURT, 2008: 68-69.

¹⁰ BRAGANÇA, 2015: 230-231.

¹¹ BENVINDA, 2019: 27-28.

*A novidade, porém, mais útil, que, para o leitor brasileiro, apresentará o Manual de História universal é a intercalação na última parte do livro de capítulos especiais sobre a história dos Estados Unidos, e sobre emancipação do México, republicas sul-americanas e Brasil. É evidente que este assumpto, particularmente interessante para o leitor do Novo mundo, está apenas ao de leve esboçado, como não podia deixar de ser numa historia universal, excessivamente resumida*¹².

Para esta análise, foi utilizado o *Compendio de Historia Universal* e o *Manual de Historia Universal*, ambos publicados por Zófimo Consiglieri Pedroso, e duas edições de um mesmo manual escolar *Compendio de Historia Universal* de Francisco Pedro Brou. O que essas obras possuem em comum é o facto de ter existido uma edição para o público português e outra dedicada ao público brasileiro. Sobre o *Manual de História Universal* de Consiglieri Pedroso é válido destacar que a obra é referenciada no Catálogo da Biblioteca do Museu Escolar Nacional, publicado em 1885 na cidade do Rio de Janeiro, o que nos indica que a obra realmente circulou no Brasil.

Os dois manuais escolares de Consiglieri Pedroso referenciados anteriormente, ao nível do conteúdo, são muito semelhantes, ao compararmos as duas obras foi verificado que se trata de uma reedição com algumas alterações. O primeiro a ser publicado foi o *Compendio de Historia Universal*, sua primeira edição é datada de 1881 e foi direccionada para atender à mocidade portuguesa, três anos depois o *Manual de Historia Universal* publicado em 1884 para atender ao público brasileiro.

No ano de 1884 Pedroso publicou dois manuais escolares, um destinado aos brasileiros, intitulado *Manual de Historia Universal*, onde se verificou que o prólogo datava de julho de 1883, enquanto o outro destinado aos portugueses, que era uma segunda edição do *Compendio de Historia Universal*, observou-se que o prólogo foi assinado meses depois, em dezembro de 1883. Esta diminuta distância de alguns meses entre a escrita dos dois prólogos possibilitará alguns questionamentos nesta análise.

Como foi mencionado antes, a edição para o público brasileiro foi organizada meses antes, no prólogo da obra o autor anuncia correções, adições e melhorias no conteúdo para atender ao novo público, como a introdução de um novo capítulo sobre línguas bem como capítulos especiais sobre a História do Estados Unidos, México, Brasil e outras repúblicas sul-americanas. É notório que nesta edição existiu um esforço de destacar na escrita da História Universal temáticas referentes ao Novo Mundo mesmo que de forma resumida, característica própria das obras didáticas de História Universal, como salienta Consiglieri Pedroso na obra.

Analisando as páginas dedicadas à introdução destes manuais escolares, parte do livro em que o autor apresenta aspectos teóricos, metodológicos e didáticos da História ao

¹² PEDROSO, 1884b: 4.

fazer uma análise comparativa entre as duas obras, destacamos alguns temas. O primeiro deles está no tópico intitulado «Divisão da História» do Manual de História Universal, onde foi possível verificar a adição do texto abaixo:

A história do moderno Oriente em grande parte deve considerar-se como um apêndice da história moderna, por isso que os povos que demoram nesta região somente pelo influxo da civilização européa estão hoje em via de sua regeneração, como se dá com o Japão, com a Índia e com a Pérsia.

A história contemporânea pôde ainda subdividir-se em: história contemporânea europeia, e história contemporânea americana, visto que actualmente a civilização moderna tem dois grandes focos — um no velho continente e outro no novo, os quaes pela sua importancia devem ser considerados como desenvolvimentos paralelos do presente momento histórico, em vez de qualquer d'elles ao outro estar subordinado¹³.

Esta subdivisão da História foi apresentada exclusivamente ao leitor brasileiro, e o referido conteúdo não foi verificado em nenhuma das edições posteriores, nem mesmo na edição publicada meses depois no mesmo ano em Portugal. No fragmento acima fica exposta a hierarquia na organização e História das diferentes sociedades, na perspectiva eurocêntrica determinados povos são tratados como apêndice, ou seja, anexo ou acessório. Ao pensar a História Contemporânea estabelece uma divisão entre a História Europeia e a História Americana, não relegando papel secundário ou subordinado ao desenvolvimento do Novo Mundo. Esta perspectiva permaneceu restrita à edição para o público brasileiro.

No Brasil após a Proclamação da República a questão da constituição da identidade nacional estava em disputa, algumas vezes reclamavam a necessidade de pensar a nação no contexto americano e assim questionando a hegemonia da narrativa identitária filiada ao passado colonial.

Nas primeiras décadas da instalação do regime republicano assiste-se a um confronto entre setores da intelectualidade brasileira encarregados da redefinição da organização educacional. Tais confrontos se expressam nas tentativas de ampliar os estudos da história da América por parte de um grupo liderado por Manuel Bomfim no Rio de Janeiro. Os estudos da história da América corresponderam a tentativas de se deslocar uma constituição identitária forjada sob os moldes europeus para o espaço americano, então criador de novos projetos para as nações do continente americano¹⁴.

¹³ PEDROSO, 1884b: 12.

¹⁴ BITTENCOURT, 2005: 8.

Mas como é sabido a identidade nacional continuou centrada na Europa:

*Esse momento de debates sobre os rumos políticos da recente república possibilitou a introdução, portanto, de uma história da América integrante de um projeto de identidade nacional diferenciado dos anteriores mas que, evidentemente, não se consolidou e nem se tornou predominante*¹⁵.

Neste ponto, voltamos ao aspeto económico do manual escolar, desta forma faz sentido que os autores que almejassem prosperar no mercado do livro no Brasil estivessem atentos ao cenário e às demandas locais. Portanto é nessa perspectiva que se compreende como os dois manuais escolares de Consiglieri Pedroso foram publicados em um mesmo ano com diferenças conceituais, na organização e divisão da História Universal.

Pontuando as diferenças das duas edições da obra de Consiglieri Pedroso, se verificou na edição brasileira a inclusão do tópico «As lingoas e as raças; diferentes modos de classificar as lingoas; classificação mais geralmente adoptada; irreductibilidade dos diferentes systemas linguisticos»¹⁶. Onde apresenta discussões sobre os povos e suas línguas, diferenciando as categorias de língua e raça, como é o caso Brasil e Portugal, povos falantes da mesma língua, mas que não podem ser caracterizados dentro da mesma raça. E destaca:

*Em algumas colonias inglesas os indigenas, ou pelo menos um certo numero d'elles, expressam-se já na lingoa dos seus dominadores. Portugal, como é sabido, não só deu o seu idioma ao florescente imperio do Brazil, umas das melhores esperanças da civilização da America do Sul, mas pelas suas conquistas implantou este idioma em quasi todo o litoral africano onde, de preferencia a qualquer outra lingoa europeia, elle ainda hoje é falado por grande numero de naturaes*¹⁷.

Ao tratar da extensão da língua portuguesa aos continentes americano e africano, o autor tipifica como algo simplesmente dado pelos portugueses, porém quando se refere aos ingleses utiliza o termo «dominadores», deixando explícita a relação de dominação. Como é amplamente sabido a supressão das línguas nativas em detrimento da língua portuguesa é uma expressão da dominação e opressão cultural característica do processo de colonização. Como é exemplificado no fragmento abaixo:

¹⁵ BITTENCOURT, 2005: 9.

¹⁶ PEDROSO, 1884b: 22.

¹⁷ PEDROSO, 1884b: 22.

*A Espanha fez com que o castelhano suplantasse na America Central e meridional os idiomas nacionais, sem conseguir contudo aniquilar completamente as raças que os fallavam, e que mais ou menos entráram como factor na civilização post-columbiana*¹⁸.

Segundo Consiglieri Pedroso, Portugal deu e implantou sua língua enquanto a Espanha suplantou as línguas nativas. Fazemos o exercício de atribuir alguns sinónimos aos verbos citados, o verbo dar que também pode ser oferecer, o verbo implantar pode ser substituído por propagar, já o verbo suplantar tem como sinónimos: exceder, ultrapassar ou extrapolar. É possível dizer que os verbos dar, oferecer, implantar e propagar não possuem uma conotação negativa, já os verbos suplantar, exceder, ultrapassar e extrapolar transmitem a ideia com um tom diferente para o mesmo discurso. Pode-se dizer que a narrativa sobre um mesmo tópico, a língua, de acordo com a escolha das palavras transmite um discurso intencionalmente diferente para Portugal e Espanha.

Ao analisar as páginas dedicadas aos conteúdos do manual escolar, neste caso nos detivemos especificamente em temáticas referentes ao Brasil e o que foi observado foram pouquíssimas alterações no texto quando comparado ao manual escolar publicado em Portugal. Em relação ao tema da Independência do Brasil, foi acrescentado o fragmento:

Não ha duvida que a revolta de Pernambuco foi cruel e implacavelmente afogada em sangue; mas é certo que desde então a independencia da patria brasileira se tornou imperetrivel necessidade histórica, que uma politica de conciliação podia talvez adiar por algum tempo, mas nunca impedir que se realisasse num futuro não difficil de prevêr.

*A prova é que a permanência de D. João VI no Brazil foi constatemente perturbada por insurreições parciaes, justificadas além d'isso pelo aumento quotidiano dos impostos, pela desorganisação dos serviços publicos, e pela preferencia que inhabilmente o monarca manifestava pelos portugueses, que o cercavam, com perjuizo dos brasileiros, os quaes se viam systematicamente afastados dos mais rendosos cargos do Estado*¹⁹.

A temática da Independência do Brasil no manual direcionado ao público brasileiro é retratada de forma esperada, compreensível e inevitável. E conclui com este trecho que também só consta na edição brasileira:

A independencia do Brazil não prejudicou as boas relações, que d'ahi a pouco se estabeleceram entre a antiga colonia e a metropole, relações que todos os dias se

¹⁸ PEDROSO, 1884b: 22.

¹⁹ PEDROSO, 1884b: 379.

robustecem e alargam mais pelo conhecimento de uma origem commum e de uma civilização idêntica, e pelo respeito mutuo das duas soberanias politicas, em que se acha dividido o mesmo povo. É principalmente a unidade de lingua e de tradições — como ha pouco se manifestou por ocasião da solemnização do tricentenario da morte do grande epico portuguez, o laço que reúne numa só familia os lusitanos das duas praias do Atlantico, os filhos da patria de Gonçalves Dias aos filhos da pátria de Camões²⁰!

É interessante pensar como a língua portuguesa ora é elemento de aproximação entre portugueses e brasileiros ora não. No fragmento acima o autor afirma que portugueses e brasileiros fazem parte de uma civilização idêntica, por partilharem a língua portuguesa e as tradições, entretanto quando confrontamos com os conceitos apresentados na introdução deste manual escolar o que temos é a distinção entre o elemento étnico e o linguístico, afirmando que muitos são os casos de povos diferentes falando a mesma língua e cita o caso de Portugal e Brasil.

Quanto ao *Compendio de Historia Universal* de Francisco Pedro Brou, a edição portuguesa é a datada de 1884, a obra foi publicada em dois volumes. A edição brasileira foi publicada em 1891 e editada em um só volume. Em 1884, Brou apresenta sua obra já informando ao leitor que não é historiador, mas que os dezoito anos no magistério secundário o levaram a dedicar-se à escrita da obra direcionada aos alunos do liceu e escola normais de Portugal, além de fazer uma breve menção ao Consiglieri Pedroso por utilizá-lo como referência.

No manual escolar publicado 1891, após dedicar a obra à mocidade portuguesa e brasileira, Brou revela ao leitor que em seu manual a História de Portugal será destacada, uma vez que entende que os manuais de História Universal não concediam o devido espaço à História nacional:

Com efeito, neste livro consagrei cerca de 110 paginas á historia da Lusitania e Portugal, ao contrario do que vejo em alguns dos auctores que me precederam, que, apezar de intitularem os seus livros «Compendios de Historia Universal», não fallam de Portugal, ou, se nelle fallam, é isso tão ao de leve, que bem parece que a nossa gloriosa nacionalidade já foi absorvida por alguma grande potencia, ou que não teve historia, deixando apenas de portuguez, como vestigios atravez da estrada immensa da humanidade, alguns dos nomes dos mares que navegou ou das terras que descobriu, pois é o de que, nesses compendios, sómente e de passagem se falla. Protesto, portanto, como portuguez contra tal omissão²¹.

²⁰ PEDROSO, 1884b: 380.

²¹ BROU, 1891: VIII-IX.

Cabe ressaltar que o caráter resumido definido como próprio dos manuais escolares de História Universal segundo os dois autores é utilizado para justificar as poucas páginas para alguns temas, mas no fragmento acima Brou se empenha em explicar a necessidade de um número maior de páginas destinadas à História de Portugal. Essas demandas podem ser mais bem compreendidas se pensarmos que poucos anos depois, como escreve Sérgio Campos Matos, foi realizada a Reforma de Jaime Moniz em 1895, onde foi dada ênfase ao ensino das humanidades clássicas em detrimento de uma formação utilitária que tinha seu foco em uma formação para a vida. Segundo o historiador português, «a reforma de Jaime Moniz sistematiza pela primeira vez, de modo coerente, um conjunto de objectivos morais e nacionalistas para o ensino secundário»²². As considerações apresentadas por Brou exemplificam esse contexto nacionalista esboçado em fins do século XIX e que será retomado em reformas posteriores.

E Brou, já quase ao fim da sua apresentação do manual ao leitor, escreve:

*Quanto á America, em que a Europa tem hoje fitos os olhos, pela importancia do seu movimento civilizador, e pelos grandes progressos que em seu seio se estão elaborando, esta edição apresentará, na ultima parte do livro, alguns capitulos sobre a emancipação do Mexico, republicas sul-americanas e Brazil, cuja historia esboçámos mais extensamente, ainda que resumida, desde a sua existencia como colonia portugueza até á proclamação da nova republica americana, assumpto evidentemente interessante, tanto para o leitor americano, como para nós que seguimos de perto e com olhos fraternaes as prosperidades da nossa irmã transatlantica*²³.

No tópico intitulado «Introdução» os acréscimos no texto indicam um empenho em reforçar a cientificidade da História, por exemplo o conceito de História no manual escolar de 1884: «Historia, em geral, é a sciencia que descreve os factos mais importantes da vida social dos povos, admittidos como verdadeiros, para a instrucção da humanidade». Na edição de 1891 o autor acrescenta: «e estuda quanto possível as leis que os regem». Fazendo referência a uma metodologia semelhante à praticada pelas ciências naturais. Dando prosseguimento aos pressupostos teóricos metodológicos, o autor adiciona o tópico citado a seguir, onde expõe sua preocupação com a crítica aos documentos históricos:

Critica historica. — A critica histórica encarrega-se de analysar e verificar os factos nas fontes historicas, quer directas, quer indirectas. O seu estudo é de tal importancia, que, sem ele, a deturpação dos factos seria uma consequencia inevitavel, o que seria a negação inconsciente da sciencia da historia. Assim, a critica historica consiste

²² MATOS, 1990: 26.

²³ BROU, 1891: IX-X.

*em discernir nas fontes o que nellas há mais ou menos digno de credito, em compará-las entre si, e em ligar os acontecimentos antecedentes com os consequentes, a fim de chegar á verdade, que é sciencia da historia*²⁴.

Foram confrontados os manuais escolares destinados somente ao público português com aqueles direcionados também ao público brasileiro, os temas observados foram referentes à História da América e à História do Brasil. Na produção didática analisada de Francisco Pedro Brou foi possível verificar alguma mudança entre as edições, com acréscimos em seu conteúdo. O mesmo não aconteceu com as edições comparadas de autoria de Zófimo Consiglieri Pedroso.

Com esta análise é possível concluir que os manuais escolares portugueses de História Universal direcionados ao público brasileiro aqui analisados esboçavam o entendimento da importância em incluir nas obras os temas de História da América, porém essa narrativa de uma atualização do conhecimento histórico nem sempre ultrapassava as páginas dedicadas ao prefácio ou introdução da obra, sendo o conteúdo propriamente dito replicado das edições anteriores. Através da comparação das edições dos manuais escolares de Zófimo Consiglieri Pedroso o que se pode notar é que as modificações não foram muito além do preâmbulo da edição, por outro lado, através do confronto entre as edições de Francisco Pedro Brou verificou-se um volume mais consistente de acréscimos e alterações. A História Universal apresentada para os jovens portugueses nem sempre era a mesma escrita para os jovens brasileiros, foi possível verificar exclusões e alterações de conteúdos e conceitos nos manuais escolares analisados.

FONTES: MANUAIS ESCOLARES

Biblioteca Municipal do Porto

BROU, Francisco Pedro (1891). *Compendio de História Universal*. 2.^a ed. Porto: Livraria Portuense de Lopes & C.^a.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri (1881). *Compendio de História Universal*. 1.^a ed. Porto: Livraria Universal.

Biblioteca Nacional de Portugal

BROU, Francisco Pedro (1884). *Compendio de História Universal*. 2.^a ed. Porto: Livraria Portuense de Clavel & C.^a, vols. I e II.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri (1884a). *Compendio de História Universal*. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri (1884b). *Manual de História Universal*. Paris: Guillard/Aillaud.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri (1895). *Compendio de História Universal*. 4.^a ed. Lisboa: Livraria Nacional e Estrangeira.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri (1896). *Compendio de História Universal*. 5.^a ed. Lisboa: Typ. Barata & Sanches.

²⁴ BROU, 1891: 3-4.

BIBLIOGRAFIA

- BARDIN, Laurence (2013). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BENVINDA, Frederico de Sousa Ribeiro (2019). *Zófimo Consiglieri Pedroso: Portugal, Europa e Latinidade*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (2004). *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. «Educação e Pesquisa». 30:3, 475-491. [Consult. 28 jun. 2019]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a08v30n3.pdf>>.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (2005). *Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades*. «Revista Eletrônica da ANPHLAC». 4, 5-15. [Consult. 28 jun. 2019]. Disponível em <<http://revistas.fllch.usp.br/anphlac/article/viewFile/1358/1229>>.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (2008). *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BRAGANÇA, Aníbal (2015). *O editor de livros e a promoção da cultura lusófona: a trajetória de Francisco Alves (1848-1917)*. In MARTINS, Moisés de Lemos, coord. *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*, pp. 227-243. [Consult. 28 jun. 2019]. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2203/2120>.
- CHOPPIN, Alain (2004). *História dos Livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. «Educação e Pesquisa». 30:3, 549-566. [Consult. 28 jun. 2019]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>.
- COOPER-RICHET, Diana (2009). *Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?* «Varia Historia». 25:42, 539-555. [Consult. 28 jun. 2019]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n42/a09v25n42.pdf>>.
- MATOS, Sérgio Campos (1990). *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.

